

Actualizado a 22/01/2015, 23:57 São Filipe, 23 Jan (Inforpress) – A criação de uma unidade regional de gestão e acompanhamento de catástrofe é uma das propostas que o edil de Santa Catarina do Fogo, João Aqueleu Barbosa, irá propor ao Chefe do Governo. João Aqueleu, que se desloca à Praia esta sexta-feira, 23, para participar no congresso extraordinário do PAICV, pretende reunir-se, juntamente com os seus homólogos de São Filipe e dos Mosteiros, com o primeiro-ministro para análise de alguns aspectos relacionados com a gestão da situação provocada pela erupção vulcânica. Dois meses depois da erupção, que continua activa, o edil de Santa Catarina disse que “há situações que estão a decorrer com alguma lentidão e que tudo o que está sendo feito até agora é suportado pelas câmaras e, por isso, é necessário esclarecimento de algumas situações”. Além da criação de uma unidade regional de gestão e acompanhamento de catástrofe, que seria uma espécie de “célula” do Gabinete de Crise, João Aqueleu pretende propor ao Chefe do Governo a isenção de realização de concurso para a construção de novo assentamento, reabilitação e ampliação das casas construídas em 1995, como forma de acelerar o processo. A atribuição de um subsídio mensal às famílias deslocadas, deixando que cada um faça a sua própria gestão em vez de atribuição de géneros alimentícios (cestas básicas) e a utilização de mão-de-obra de Chã das Caldeiras nos trabalhos de reconstrução são outras propostas que o autarca vai apresentar ao primeiro-ministro. O autarca quer também ver distribuídas parcelas de terreno em Monte Genebra para às famílias que perderam terreno em Chã das Caldeiras, para realização de trabalho de agricultura. O edil de Santa Catarina afirma que ainda não dispõe de informações sobre o local do futuro assentamento, mas continua a defender que, por razões várias, o assentamento urbano deve situar-se entre Achada Furna e Cabeça Fundão, por serem próximos do habitat das famílias de Chã das caldeiras. Para João Aqueleu, é preciso racionalizar custos, notando que das poucas informações que dispõe aponta que para o novo assentamento serão necessários 10 hectares de terreno, cuja infra-estruturação poderá custar a volta de três milhões de contos. Em relação ao novo assentamento urbano para as pessoas de Chã das Caldeiras, uma equipa técnica do Instituto Nacional de Gestão do Território (INGT) efectuou uma segunda visita à ilha, no início desta semana, para identificação e levantamento do espaço definitivo para a sua construção, necessitando poróm de uma nova socialização com os moradores de Chã das caldeiras. JR Inforpress/Fim